

Donald Trump e a hegemonia predatória dos Estados Unidos

» ROBERTO GOULART MENEZES
Professor-associado do Instituto de Relações Internacionais da UnB



Donald Trump completou um ano do seu mandato à frente da maior potência mundial. E, desde o início da sua presidência, em janeiro de 2025, as políticas externa e comercial dos Estados Unidos têm sido marcadas pela agressividade e pelo unilateralismo. Em seu discurso de mais de uma hora proferido no Fórum Econômico Mundial (Davos, Suíça), em 21 de janeiro, o presidente Trump fez um balanço do seu primeiro ano e discorreu sobre a sua política externa. A plateia, em sua maioria composta por magnatas das finanças, da indústria, das big-techs entre outros, juntamente com a presença de alguns chefes de Estado e de governo de diferentes países, ouviu um discurso sem rodeios, no qual Trump tocou em questões geopolíticas bem delicadas, a começar pela relação com os seus aliados europeus.

Ele começou descrevendo parte de uma conversa telefônica que teria tido recentemente com o presidente francês, Emmanuel Macron, acerca do preço de medicamentos fabricados e vendidos por corporações dos EUA. Segundo Trump, após poucos minutos de conversa, Macron teria acatado a sua ordem de elevar os preços dos remédios e, assim, aumentar os lucros das empresas farmacêuticas. O presidente dos EUA arrematou dizendo, com certa ironia, que suas conversas com os principais líderes

européus não duram mais que três minutos. E que eles sempre cedem aos seus pedidos (ou ultimatos).

Trump é megalomaníaco e nunca perde a oportunidade de se vangloriar de seus feitos, seja lá o que for.

Sabemos que a Europa Ocidental é aliada dos Estados Unidos desde o fim da Segunda Guerra Mundial, e essa relação foi selada com a criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), em 1949. Ao discorrer sobre os elevados custos anuais da Otan, Trump instou os europeus a pagarem mais pela segurança e defesa do continente. De certa forma, parece considerar a Otan um fardo para os EUA, pois alega que o país sustenta quase sozinho todo o orçamento anual da organização. Eles pagam 66% do total.

Mas, ao abordar a sua obsessão pela Groenlândia, Trump explicitou ainda mais a hegemonia predatória estadunidense. Por mais de uma vez, referiu-se ao território controlado pela Dinamarca como um "pedaço de gelo", embora lá vivam cerca de 57 mil pessoas. Disse que não pretende usar a força para tomar a Groenlândia da Dinamarca, um dos membros da Otan, e espera contar com a benevolência tanto do governo dinamarquês quanto dos demais aliados da Europa Ocidental para que não criem dificuldades para o seu apetite territorial. Faltou ele explicar que EUA e Dinamarca possuem um acordo que assegura amplo acesso das forças estadunidenses ao território.

Ao tentar justificar que se trata de uma questão de segurança nacional para os EUA, Trump securitiza o "pedaço de gelo". Para isso, lança mão da suposta "ameaça chinesa" ao mundo ocidental. Até o momento, a resposta dos principais líderes da Europa tem sido tímida. Vale lembrar que a França se retirou do comando militar integrado da Otan em 1965 e só retornou em 2009.

Trump deixou claro que, na sua política externa, a Europa já não ocupa o lugar reservado a ela desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Agora, o que os EUA buscam é tutelá-la. E não é só a soberania da Dinamarca sobre a Groenlândia que ele atacou. Ao afirmar que os "nossos aliados destruíram nossa economia", ele parece indicar que a fatura será cobrada e que os aliados europeus não devem esperar mais pela suposta benevolência dos EUA. E que a Guerra da Ucrânia é um problema dos europeus. Ou seja, eles devem pagar os custos dela.

O estilo de Trump, desde o seu primeiro mandato, é marcado pela chantagem. O unilateralismo e a lógica do interesse nacional seletivo são os fios condutores de suas relações internacionais. Em apenas um ano, Trump elevou a instabilidade mundial. E as armas utilizadas em suas investidas contra diferentes países vão desde instrumentos comerciais, passando pelas ameaças (nem sempre veladas) até o uso do poderio militar.

Tudo isso só em apenas um ano de mandato. Resta saberemos se ele levará adiante todas as suas ameaças e como se dará o enfrentamento à hegemonia predatória exercida pelos EUA. Os perigos representados por sua política externa agressiva já estão aí. Sua atuação internacional evoca o dilema hobbesiano da guerra de todos contra todos. Assim, Trump tenta impor dominação sobre o mundo e abandona o difícil exercício da hegemonia que foi o que fez dos EUA uma potência mundial. As tensões com a Europa deixam todo o mundo em alerta, pois, como expressou Mark Carney, primeiro-ministro do Canadá, um dia antes no mesmo púlpito, estamos diante de uma ruptura da ordem mundial.

A voz essencial da ciência no corredor do poder

» RICARDO DE AMORIM CORRÊA
Presidente da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia (SBPT)



A saúde pública brasileira é um campo vasto e complexo, onde desafios se entrelacam com a busca por soluções eficazes que melhorem a qualidade de vida de milhões de cidadãos. Nesse cenário, o papel das sociedades médicas transcende a pesquisa e a prática clínica; ele se estende à formulação de políticas públicas e à defesa dos interesses da população. Nós, médicos, que lidamos diariamente com situações difíceis, sabemos que, além de tratar integralmente de pacientes, defendemos suas vidas, uma responsabilidade que precisa estar presente também nos espaços onde as decisões são tomadas.

Historicamente, a Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia (SBPT), assim como outras entidades científicas, sempre buscaram esse objetivo, mas com uma presença mais restrita nos espaços formais de decisão de gestão pública. Esse distanciamento impedia que as vozes que lidam cotidianamente com as pessoas enfermas fossem ouvidas nos momentos cruciais da tomada de decisão. O resultado era a demora na incorporação de avanços terapêuticos e a formulação de políticas que careciam da base científica necessária para sua efetividade.

Compreendendo essa necessidade, a SBPT redefiniu sua forma de trabalho. Nossas relações institucionais tornaram-se a gestão estratégica do relacionamento com o poder público. Paralelamente, o advocacy passou a ser a ação direta e contínua de influenciar o processo decisório em parceria com associações de pacientes, garantindo que a expertise técnica seja ouvida e integrada na criação de leis e programas que impactam diretamente a saúde respiratória.

Os frutos dessa reestruturação já são visíveis. No âmbito do Poder Executivo, a SBPT estabeleceu cooperação com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), atuando para que permaneçam proibidas a venda, a importação, a fabricação e a propaganda de cigarros eletrônicos (vapes), e no início da discussão sobre a restrição da venda de corticoides sistêmicos mediante prescrição médica. Com o Ministério da Saúde, avançamos na assistência respiratória na atenção primária. A parceria com o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems) resultou na proposta de uma linha de cuidado específica para a doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC).

No diálogo com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Censo), propusemos uma campanha nacional em escolas de ensino fundamental para conscientizar adolescentes sobre os riscos dos cigarros eletrônicos, protegendo a saúde dos jovens e ampliando o acesso à prevenção no Sistema Único de Saúde (SUS).

No Poder Legislativo, a presença da SBPT ganhou um novo patamar. Um marco importante foi a apresentação de um projeto de lei à deputada Flávia Moraes que visa reconhecer a doença pulmonar associada ao uso de cigarros eletrônicos ou produtos de vaping (EVALI) como enfermidade de notificação compulsória no Brasil. Outro ponto alto foi a reunião com o senador Confúcio Moura, que solicitou subsídios técnicos adicionais da SBPT para embasar propostas legislativas.

Também ampliamos alianças estratégicas com o Conselho Federal de Medicina (CFM) e associações de pacientes, potencializando o debate legislativo sobre temas urgentes. O resultado é concreto: a aprovação do Projeto de Lei nº 3076/2024, que institui a Política Nacional de Diagnóstico e Tratamento da Hipertensão Pulmonar, foi fruto direto do advocacy conjunto da SBPT e da Associação Brasileira de Amigos e Familiares de Portadores de Hipertensão Arterial Pulmonar (Abras).

Um evento histórico foi a realização de nosso primeiro evento de advocacy no Congresso Nacional, resultando na articulação de agenda com o ministro da Saúde, Alexandre Padilha. Nas últimas semanas, consolidamos três avanços de extrema relevância que simbolizam essa força conjunta: a publicação do novo Protocolo de Diretrizes Clínicas e Terapêuticas (PCDT) de DPOC pelo Ministério da Saúde; a aprovação pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) da incorporação do primeiro medicamento imunobiológico para pacientes com DPOC, o dupilumabe; e a ampliação do projeto de Telespirometria (TeleResp), com a doação de espirômetros para expandir o diagnóstico precoce de doenças respiratórias crônicas em municípios de pequeno e médio porte.

A atuação das sociedades médicas de especialidade na tomada de decisão é sustentada por conhecimento científico, representatividade e diálogo contínuo com o poder público. Quando a ciência ocupa seu espaço nos corredores do poder, decisões se tornam mais efetivas, o acesso à assistência melhora e vidas são preservadas. O engajamento ativo e ético dessas instituições nas esferas públicas é uma necessidade imperativa para um futuro mais saudável para os brasileiros — e seguiremos honrando esse compromisso.

Entre a ciência e o retrocesso: o futuro climático do Brasil em jogo

» LUIZ ANTONIO ELIAS
Presidente da Financiadora de Estudos e Projetos para Inovação (Finep) e pesquisador aposentado do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI)



» IMA VIEIRA
Pesquisadora titular do Museu Paraense Emílio Goeldi

Poucos dias após o encerramento da COP30 — conferência que recolocou o Brasil no centro do debate global sobre clima, sustentabilidade e desenvolvimento responsável —, o país foi surpreendido pela decisão do Congresso Nacional de derrubar a maior parte dos vetos presidenciais ao projeto de lei do licenciamento ambiental. A flexibilização, agora presente na legislação, enfraquece a capacidade do país de monitorar empreendimentos com potencial impacto ao meio ambiente. A reintegração desses trechos provocou críticas de especialistas, que veem na decisão um sinal de retrocesso ambiental, em contraste com os compromissos e expectativas reafirmados pelo Brasil no âmbito da COP30.

A obra mostra que as projeções climáticas indicam que a temperatura média brasileira pode subir entre 2,5°C e 4,5°C até o final do século, com efeitos diretos e indiretos sobre todos os biomas. Há sinais de que a floresta Amazônica pode deixar de absorver carbono para se transformar em fonte emissora. Os manguezais e recifes de corais, bases ecológicas e econômicas para inúmeras comunidades, encontram-se sob pressão crescente e comprometem

o turismo e a segurança alimentar. No campo, a tendência é igualmente preocupante: perda de terras produtivas, alteração dos biomas, intensificação de pragas e queda na produtividade de cultivos essenciais, como mandioca e milho. As perdas anuais no PIB agrícola podem variar de 0,4% a 1,8% até 2100, dependendo do nível de emissões. Na saúde pública, a combinação de ondas de calor, ilhas de calor urbanas, poluição, inundações e saneamento precário amplia a incidência de doenças cardiovasculares, respiratórias e infeciosas.

A obra traz uma mensagem clara: enfrentar a emergência climática exige conhecimento, coordenação institucional, planejamento de longo prazo e coragem. É nesse espírito que o livro dialoga com o tom da abertura da COP30, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva lembrou que "a emergência climática é uma crise de desigualdade. Ela expõe e exacerba o que já é inaceitável. O desalento não pode extinguir as esperanças da juventude".

É justamente a evidência científica de que o futuro climático resulta de decisões tomadas no presente que torna a obra uma leitura indispensável. Ao demonstrar, com base em dados e no consenso científico sobre o clima, como escolhas regulatórias moldam trajetórias de risco ou de mitigação, o livro dialoga diretamente com a sociedade — especialmente com aqueles que relativizam as mudanças climáticas. A obra oferece argumentos sólidos para que esses setores reconsiderem posições que promovem alterações normativas capazes de ampliar emissões, fragilizar a proteção ambiental e agravar a instabilidade climática no Brasil e no mundo nas próximas décadas.

Os cientistas também saíram da COP30 com um sentimento de enorme preocupação, principalmente após o lançamento pelo Pnuma do Relatório sobre a Lacuna de Emissões, de 2025, intitulado Fora da Meta. O documento conclui que os compromissos climáticos atuais representados pelas NDCs (compromissos voluntários assumidos por países no Acordo de Paris), mesmo que totalmente implementados, devem levar a um aquecimento global de 2,3°C a 2,5°C neste século. Com isso, a ambição para que a temperatura não ultrapasse 1,5°C vai requerer que as emissões globais sejam reduzidas em 55% em relação aos níveis de 2019 até 2035.

Nesse contexto de contradições, propomos uma reflexão mais ampla, revisitando o livro lançado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação durante a COP30: Mudanças climáticas no Brasil — Estado da arte e fronteiras do conhecimento. A obra reúne estudos de 95 pesquisadores que combinam ciência com visão estratégica para os desafios do futuro próximo. Os autores defendem que o Brasil não pode se limitar a reagir aos acontecimentos, mas precisa ocupar um lugar de protagonismo, amparado em sua biodiversidade, em sua matriz energética renovável e em sua capacidade científica.

Os manguezais e recifes de corais, bases ecológicas e econômicas para inúmeras comunidades, encontram-se sob pressão crescente e comprometem

o turismo e a segurança alimentar. No campo, a tendência é igualmente preocupante: perda de terras produtivas, alteração dos biomas, intensificação de pragas e queda na produtividade de cultivos essenciais, como mandioca e milho. As perdas anuais no PIB agrícola podem variar de 0,4% a 1,8% até 2100, dependendo do nível de emissões. Na saúde pública, a combinação de ondas de calor, ilhas de calor urbanas, poluição, inundações e saneamento precário amplia a incidência de doenças cardiovasculares, respiratórias e infeciosas.

A obra traz uma mensagem clara: enfrentar a emergência climática exige conhecimento, coordenação institucional, planejamento de longo prazo e coragem. É nesse espírito que o livro dialoga com o tom da abertura da COP30, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva lembrou que "a emergência climática é uma crise de desigualdade. Ela expõe e exacerba o que já é inaceitável. O desalento não pode extinguir as esperanças da juventude".

É justamente a evidência científica de que o futuro climático resulta de decisões tomadas no presente que torna a obra uma leitura indispensável. Ao demonstrar, com base em dados e no consenso científico sobre o clima, como escolhas regulatórias moldam trajetórias de risco ou de mitigação, o livro dialoga diretamente com a sociedade — especialmente com aqueles que relativizam as mudanças climáticas. A obra oferece argumentos sólidos para que esses setores reconsiderem posições que promovem alterações normativas capazes de ampliar emissões, fragilizar a proteção ambiental e agravar a instabilidade climática no Brasil e no mundo nas próximas décadas.